

EDITAL PARA NOVAS LOJAS NO MERCADO PÚBLICO

O Mercado Público de Porto Alegre deve começar o próximo ano com 10 novas bancas e lojas de diferentes segmentos. A prefeitura publicou ontem o edital que detalha o procedimento, explica os requisitos e características de cada espaço após 21 anos sem grandes licitações. O pregão eletrônico ocorre no dia 19 de dezembro no Portal de Compras Públicas.

Serão quatro lojas no primeiro andar do Mercado, incluindo a loja mais antiga que funcionava como depósito, e seis no segundo piso, com tamanhos entre 27 e 100 metros quadrados. As atividades econômicas estão especificadas no edital e devem respeitar as já existentes no

Mercado, como comércio de produtos de origem animal, serviços de alimentação, comércio de produtos alimentícios, bebidas e outros não especificados, lotérica, serviços bancários, agropecuária, venda de peixes e aves vivos ornamentais e barbearias. É vedada a exploração de lojas para atividades típicas de supermercados e hipermercados.

Os novos permissionários serão aqueles que apresentarem as melhores propostas para a outorga inicial. Os lances partem de valores entre R\$ 2.316 e R\$ 13.156, de acordo com as características das lojas. No edital, é possível conferir o valor da outorga mensal, uma espécie de mensalidade do espaço.

PUBLICAÇÕES LEGAIS

Edital nº 10028021270 - Edital para conhecimento de terceiros com prazo de 10 dias, expedido nos termos do artigo 34 do Decreto-lei nº 3.365/41 referente à ação de desapropriação nº 5004891-63.2021.8.21.0072/RS. O MM Juiz de Direito da 02ª Vara Cível da Comarca de Torres - RS, na forma da lei, **Faz Saber** a todos os interessados na lixe que a **Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.** move a presente ação em face de **Leony de Lima Duarte e Outros**, objetivando a desapropriação das áreas de 5.745,97m² e 3.176,93m² sendo parte de uma área maior objeto da matrícula 31.450 e 31.451 do Cartório de Registro de Imóveis de Torres-RS, situada na Rodovia Governador Mário Covas (BR-101), na altura do Km 34+700m, Bairro Caravágio, Três Cachoeiras - RS, declarada de utilidade pública pela Deliberação nº 85, de 04 de fevereiro de 2020 e Deliberação nº 271, de 19 de maio de 2020, para as obras de obras de implantação da Praça de Pedágio P1 na BR-101, no km 035+380m, no município de Três Cachoeiras/RS, sendo pactuado mediante acordo pelo imóvel o valor de R\$84.754,61.

Edital nº 10028020923 - Edital para conhecimento de terceiros com prazo de 10 dias, expedido nos termos do artigo 34 do Decreto-lei nº 3.365/41 referente à ação de desapropriação nº 5004892-48.2021.8.21.0072/RS. O MM Juiz de Direito da 02ª Vara Cível da Comarca de Torres - RS, na forma da lei, **Faz Saber** a todos os interessados na lixe que a **Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.** move a presente ação em face de **Claudio Souza Pereira e Outra**, objetivando a desapropriação das áreas de 1.091,23m², 1.813,15m² e 65,33m² sendo parte de uma área maior objeto da matrícula 18.356 e 1.008 do Cartório de Registro de Imóveis de Torres-RS, situada na Rodovia Governador Mário Covas (BR-101), na altura do Km 35+825m, 35+960m e 35+940m, Bairro Caravágio, Três Cachoeiras - RS, declarada de utilidade pública pela Deliberação nº 85, de 04 de fevereiro de 2020, para as obras de obras de implantação da Praça de Pedágio P1 na BR101, no km 035+380m, no município de Três Cachoeiras/RS, sendo pactuado mediante acordo pelo imóvel o valor de R\$ 73.398,30.

CONVOCAÇÃO

Observatório Social do Brasil Cachoeirinha - RS Convocação da Assembleia Geral Ordinária, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral a realizar - se em: 08/12/2022 às 13:30 horas em 1ª Convocação; 14:00 horas em 2ª Convocação. Ordem do Dia: Eleição e Posse do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Local: Associação Comercial e Industrial de Cachoeirinha, Av. Flores da Cunha, 1320/311, Centro, Cachoeirinha - RS. Presidente - Vanessa Casagrande - Cachoeirinha, 26 de novembro de 2022.



Sindicato dos Municípios de Porto Alegre
Rua João Alfredo, 61 - Cidade Baixa - CEP 90050-230
Fone: 3228.2325 E-mail: simpa@simpa.org.br
Site: www.simpa.org.br

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO ELEIÇÕES SIMPA 2022/2025

A Comissão Eleitoral, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto do Simpa e o Regimento Eleitoral 2022, **HOMOLOGA** o resultado das eleições em turno único, realizado no período de 16/11/2022 a 18/11/2022, **DECLARANDO ELEITA a Chapa 1 - Unidade Municipal Pra Lutar, para assumir a direção do Simpa pelo triênio 2022/2025.** A posse da direção eleita ocorrerá no dia 02 de dezembro de 2022, às 18h30, na sede do Simpa.

Porto Alegre, 29 de novembro de 2022.

COMISSÃO ELEITORAL - ELEIÇÕES SIMPA 2022/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ESPECIAL E ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 11.128.234/0001-35 / NIRE Nº 43400098682

O presidente em exercício da COOPERCART COOPERATIVA DE TRABALHO EM LOGÍSTICA E SERVIÇOS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, em cumprimento das disposições estatutárias e pelos poderes que lhe são conferidos pelo do Estatuto Social, **CONVOCA** os seus 100 (cem) associados, para a **Assembleia Geral ESPECIAL**, que se realizará dia 10 de dezembro de 2022, que se realizará na Av. Bernardino Silveira Amorim 1056, Bairro Rubem Berta - Porto Alegre - RS CEP91170-680, às 8hs em 1ª chamada com a presença de 2/3 dos associados; às 9 hs em segunda chamada com a presença da metade mais um dos associados as 10 hs em terceira e última chamada com a presença de 20% (vinte por cento) dos associados; em Assembleia Geral Extraordinária: às 11:00 hs em 1ª chamada com a presença de 2/3 dos associados; às 12:00hs em segunda chamada com a presença da metade mais um dos associados as 13:00 hs em terceira e última chamada com a presença de 20% (vinte por cento) dos associados. Ordem do Dia:

Em Regime de Assembleia Especial

- 1) Gestão, Planejamento e organização dos contratos;
- 2) Discussão sobre disciplina, direitos e deveres dos associados na execução dos contratos.

- 3) Análise e aprovação do planejamento 2023
- 4) Assunto Gerais;

Em Regime de Assembleia Extraordinária

- 1) Eleição Conselho Administração

Porto Alegre/RS, 29 de novembro de 2022.
Cátia Rosi Maciel Brocca

ORLA DO GUAÍBA

FUTURO DO TRECHO 2 DEFINIDO EM 2023

Prefeitura de Porto Alegre solicitará complementos para as empresas autorizadas a desenvolverem os estudos.

ANDRÉ MALINOSKI

andre.malinowski@zerohora.com.br

A prefeitura de Porto Alegre decidiu solicitar mais informações para as empresas autorizadas a desenvolver os levantamentos técnicos e econômico-financeiros com propostas de revitalização para o trecho 2 da orla do Guaíba. Os projetos foram entregues em 12 de julho e até agora não se sabe qual será o escolhido.

– Estamos pedindo complementações porque a parte financeira dos estudos não está robusta. A escolha é muito importante. Por isso, vai ficar para o próximo ano – revela a secretária municipal de Parcerias, Ana Pellini.

As empresas terão reunião com representantes da Secretaria Municipal de Parcerias ainda durante esta semana. Na ocasião, elas serão informadas sobre o que precisa ser aprofundado e o tempo que terão para a realização dos ajustes. O período será de dois meses. Dessa maneira, o futuro do trecho 2 ficará, de fato, para 2023.

– As duas propostas estão muito bem-apresentadas em

termos arquitetônicos. Vamos pedir ajustes de viabilidade econômica – antecipa a titular da pasta, ressaltando que combinar todas as sugestões com viabilidade econômica “não é fácil”.

Uma das propostas, apresentada pelo consórcio formado pelas empresas Construtora Pelotense e RGS Engenharia, traz entre as sugestões a construção de marina pública, centro de eventos, lojas e estacionamento subterrâneo com capacidade para 450 carros. Na parte da península, haveria um prédio multiuso chamado Mirante 360

Graus – inspirado no Museu do Amanhã, do Rio de Janeiro.

Cachorródromo, academia para terceira idade e até uma cidade para crianças também integram as sugestões da Construtora Pelotense e RGS Engenharia para o trecho 2.

Farol

A proposta do consórcio formado por Cheetah Consultoria Empresarial, Photo Arquitetura, PierBrasil Engenharia e Soluções Tecnológicas, Arvut Meio Ambiente e Superfície Engenharia propõe um farol de 34 metros de altura, onde as pessoas poderão subir em um mirante para enxergar o pôr do sol. A estrutura seria iluminada durante a noite. Também prevê hotel flutuante, que ficaria entre a marina

pública e o farol, museu das águas e aquário, centro de eventos e uma instituição de Ensino Superior voltada para o tema da sustentabilidade. Estudos de impacto ambiental, estações de tratamento de esgoto, unidade de tratamento de água, geração de energia com painéis fotovoltaicos, tratamento de resíduos sólidos, áreas permeáveis com cobertura vegetal e paisagismo com vegetação nativa, entre outros itens, também fazem parte desse estudo.

Ambos projetos sugerem a demolição do Anfiteatro Pôr do Sol e a construção de um novo na área. O trecho 2 tem 134,4 mil metros quadrados e uma extensão de 850 metros entre a Rótula das Cuias e o Arroio Dilúvio.



Um dos projetos prevê farol e marina pública

SAIBA MAIS

/// Em função de se tratar de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), a prefeitura não tem obrigação de aproveitar os estudos, podendo aprovar tudo, parte ou até nada.

/// Após a escolha, será realizada uma consulta pública, seguida por uma audiência pública, para posterior

encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para revisão.

/// O edital de concessão só poderá ser elaborado após esse processo. Dessa maneira, o porto-alegrense ainda vai aguardar alguns meses antes de conhecer o destino do trecho 2 da Orla.

Leilão da Corsan já tem data para ocorrer

O leilão da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) já tem data marcada para ocorrer. Em edição extra do Diário Oficial do Estado (DOE), publicada ontem, ficou definida para o dia 20 de setembro a sessão pública do leilão, com a

abertura das propostas e lances de viva voz, na B3, em São Paulo.

Lance mínimo

O lance mínimo será de R\$ 4,1 bilhões e terá início às 10h. Cinco dias antes, em 15 de dezembro, ocorrerá a

entrega das propostas, das 9h às 12h, no mesmo local.

Inicialmente, a privatização seria por abertura de capital, mantendo o Estado como sócio de referência. Com as condições de mercado e exigências do TCE, o governo gaúcho decidiu

pela venda integral.

A Corsan atua em 317 municípios gaúchos por meio da realização de estudos, projetos, construções, operações, exploração e ampliação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário.